



**Processo** : TC-002782.989.20-6  
**Entidade** : Prefeitura Municipal de Cordeirópolis  
**Assunto** : Acompanhamento das Contas Anuais  
**Período examinado** : 1º quadrimestre de 2020  
**Prefeito** : José Adinan Ortolan  
**CPF n.º** : 110.195.488-43  
**Período** : 01/01/2020 a 30/04/2020  
**Relatoria** : Dr. Sidney Estanislau Beraldo  
**Instrução** : UR-10 / DSF-II

Cadastro do Responsável juntado ao DOC 02.

**Senhor Diretor da Unidade Regional de Araras - Substituto,**

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. JOSÉ ADINAN ORTOLAN, responsável pelas contas em exame, e pela atual administração (DOC 01).

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

EXERCÍCIOS	2017	2018
IEG-M	C+ ↓	B ↑
i-Planejamento	C ↓	C+ ↑
i-Fiscal	B ↑	B ↓
i-Educ	B ↓	B+ ↑
i-Saúde	B+ ↓	B+ ↑
i-Amb	B ↑	B+ ↑
i-Cidade	C ↑	A ↑
i-Gov-TI	C+ ↑	B ↑

Legenda:

- ↑ Município subiu de faixa ou permaneceu na mesma faixa, mas sua nota aumentou.
- ↓ Município caiu de faixa ou permaneceu na mesma faixa, mas sua nota diminuiu.

Observação:

- Deixou de constar no quadro os índices de 2019, os quais encontram-se pendentes de verificação/validação pela Fiscalização.

A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
3. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
4. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
5. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste Tribunal de Contas do Estado;
6. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-014305.989.20-4, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.

## **PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO**

### **A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - PLANEJAMENTO**

#### **A.1.1. CONTROLE INTERNO**

No acompanhamento do quadrimestre não constatamos ocorrências dignas de nota, cabendo destacar que o Controle Interno atuou no controle dos atos e despesas relacionadas à pandemia da COVID-19.

#### **A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO**

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de análise nas contas de 2019, cujo relatório elaboramos em paralelo aos presentes autos.

#### **A.3. OBRAS PARALISADAS**

No acompanhamento do quadrimestre não constatamos ocorrências dignas de nota.

## **PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL**

### **B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL**

Face ao contido no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue:

#### **B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO**

Considerando as despesas empenhadas (que incluem os empenhos estimados e os globais, bastante naturais no início do exercício), o quadro a seguir demonstra que a execução orçamentária da Prefeitura, no 1º quadrimestre, evidenciou resultado deficitário.



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Valores	
(+) RECEITAS REALIZADAS	R\$ 49.143.457,47	
(-) DESPESAS EMPENHADAS	R\$ 85.501.396,60	
(-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA	R\$ 1.830.000,00	
(+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA	R\$ 160.000,00	
(-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	R\$ 530.000,00	
(+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO		
<b>RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>-R\$ 38.557.939,13</b>	<b>-78,46%</b>

Fonte:

- Relatório de Instrução do Sistema Audesp (DOC 03).

Mesmo sob a perspectiva das despesas liquidadas (R\$ 66.071.950,67 – DOC 04), constata-se um déficit de -R\$ 19.128.493,20, correspondente a -38,92% das receitas realizadas. Neste ponto, em face da sua representatividade percentual, não podemos afastar o raciocínio, ao menos em tese, de que o valor esteja superavaliado, hipótese que se concretiza quando as liquidações das despesas não respeitam os requisitos cumulativos dispostos no art. 63 da Lei Federal 4.320/1964, em especial seu § 2º, III.

Se comparada às receitas realizadas do 1º quadrimestre de 2019, cujo valor atingiu R\$ 52.556.759,85 (DOC 05), verifica-se um recuo<sup>1</sup> de arrecadação de R\$ 3.413.302,38, montante que, a nosso ver, não justificaria o resultado negativo da análise mais conservadora demonstrada no parágrafo anterior, ainda que positivo o Resultado Financeiro do exercício anterior (R\$ 1.785.309,02 – DOC 06). Entendemos, portanto, que cabe alerta ao Município sobre seu desempenho orçamentário.

Informamos, por fim, que o município decretou, em face da pandemia da COVID-19, estado de calamidade pública/emergência, devidamente reconhecido pela Assembleia Legislativa Estadual (art. 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

### **B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL**

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive ARO.

<sup>1</sup> Que pode ser explicado pelo contexto da pandemia da COVID-19.

### B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatório de Gestão Fiscal emitido pelo Sistema Audesp, referente ao 1º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b”, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### B.1.2.2. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

A fiscalização analisou, por amostragem, as admissões de pessoal por tempo determinado efetuadas no período analisado, quanto aos aspectos legais, formais e princípios gerais da administração pública, e não identificou irregularidade digna de nota.

### B.1.3. RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

#### B.1.3.1. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

##### B.1.3.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS E LIQUIDADAS

O quadro a seguir, consoante apurado pelo Sistema Audesp, demonstra a projeção de atendimento do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

<b>Evolução da liquidez entre 30.04 e 31.12 (projetado) do exercício de:</b>	<b>2020</b>
<b>Disponibilidades de Caixa em 30.04</b>	<b>R\$ 10.186.968,51</b>
(-) Saldo de Restos a Pagar em 30.04	R\$ -
(-) Empenhos Liquidados a Pagar em 30.04	R\$ 15.624.521,02
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 25.418.871,18
(-) Valores Restituíveis	R\$ 5.138.900,31
<b>Liquidez em 30.04</b>	<b>R\$ (35.995.324,00)</b>
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 121.409.472,39
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 82.151.690,93
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 4.115.000,00
<b>Liquidez projetada em 31.12</b>	<b>R\$ (852.542,54)</b>

Fonte:

- Relatório de Instrução do Sistema Audesp (DOC 03).

Considerando o disposto no art. 65, §1º, II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (contexto da pandemia da COVID-19), ao final do exercício será verificada eventual dispensa de observância da vedação do art. 42 do mesmo diploma, sem prejuízo, a nosso ver, de reiterar o alerta sugerido no item B.1.1 acima.

### **B.1.3.1.2. OPERAÇÃO DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO**

No quadrimestre em análise o Município não realizou operação de crédito por antecipação da receita orçamentária - ARO.

### **B.1.3.2. LEI ELEITORAL (LEI FEDERAL Nº 9.504, DE 30 DE SETEMBRO DE 1997)**

#### **B.1.3.2.1. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE BENS, VALORES E BENEFÍCIOS**

No quadrimestre em análise, a Prefeitura não criou novos programas de distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios fiscais.

### **B.2. IEG-M – I-FISCAL**

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de análise nas contas de 2019, cujo relatório elaboramos em paralelo aos presentes autos.

## **PERSPECTIVA C: ENSINO**

### **C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO**

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audep, apresentou os seguintes resultados:

<b>Art. 212 da Constituição Federal:</b>	<b>%</b>
DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	34,60%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	32,32%
DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%)	26,70%

  

<b>FUNDEB:</b>	<b>%</b>
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	114,85%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	113,46%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%)	93,70%
DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	98,11%
DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	96,71%
DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%)	87,98%

Fontes:

- Relatórios “Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino” e “Aplicação com Recursos do FUNDEB”, ambos do Sistema Audep (DOC 07).



O percentual das despesas empenhadas e liquidadas do FUNDEB, superiores a 100%, são reflexos dos mesmos raciocínios lançados no item B.1.1 deste relatório, tanto no que dizem respeito aos empenhos estimados e globais, quanto aos eventuais excessos nas liquidações de despesas. Cabe, portanto, a nosso ver, o mesmo alerta ali sugerido.

Ainda a propósito do Ensino, cumpre-nos destacar:

Com base nos dados coletados junto à origem durante a inspeção, não constatamos demanda não atendida nos níveis de ensino ofertados pelo Município.

A Secretaria Municipal de Educação alterou a rotina escolar, com suspensão total das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino. Contudo, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem.

Das medidas informadas, destacamos: planejamento das atividades pedagógicas impressas; uso de recursos digitais e tecnológicos; plataformas; e trabalho remoto.

## C.2. IEG-M – I-EDUC

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de análise nas contas de 2019, cujo relatório elaboramos em paralelo aos presentes autos.

## PERSPECTIVA D: SAÚDE

### D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados:

Art. 77, III c/c § 4º do ADCT	%
DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%)	29,82%
DESPESA LIQUIDADA (mínimo 15%)	23,55%
DESPESA PAGA (mínimo 15%)	18,16%

Fonte:

- Relatório “Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde” do Sistema Audesp (DOC 08).

## **D.2. IEG-M – I-SAÚDE**

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de análise nas contas de 2019, cujo relatório elaboramos em paralelo aos presentes autos.

## **PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL**

### **E.1. IEG-M – I-AMB**

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de análise nas contas de 2019, cujo relatório elaboramos em paralelo aos presentes autos.

## **PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE**

### **F.1. IEG-M – I-CIDADE**

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de análise nas contas de 2019, cujo relatório elaboramos em paralelo aos presentes autos.

## **PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

### **G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP**

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da origem e os prestados ao Sistema Audesp.

### **G.2. IEG-M – I-GOV TI**

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de análise nas contas de 2019, cujo relatório elaboramos em paralelo aos presentes autos.



## PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

### H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

### H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Constatamos o atendimento à Lei Orgânica e Instruções deste Tribunal, excetuando-se, todavia, conforme consta do DOC 09, que o órgão encaminhou, intempestivamente, documentação eletrônica do Sistema Audesp, o que pode acarretar a autuação de processo específico de controle de prazos.

As recomendações/determinações emitidas em pareceres de contas anuais serão verificadas no relatório de fechamento do exercício.

## CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

**B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO:** déficit orçamentário mesmo na perspectiva das despesas liquidadas; possível afronta aos requisitos legais para as liquidações das despesas;

**B.1.3.1.1. DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES – COBERTURA MONETÁRIA PARA DESPESAS EMPENHADAS E LIQUIDADAS:** projeção negativa da liquidez para 31/12/2020, calculada pelo Sistema Audesp;

**C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO:** percentuais das despesas empenhadas e liquidadas do FUNDEB são reflexos dos mesmos raciocínios lançados no item B.1.1 deste relatório;

**H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO:** remessa intempestiva de documentação eletrônica do Sistema Audesp.



**TCESP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo

Unidade Regional de Araras  
UR-10



À consideração de Vossa Senhoria.

UR.10 - Araras, 10 de agosto de 2020.

**ADRIANO MOLINARI FRÍTOLI**  
Chefe Técnico da Fiscalização  
Substituto